



**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REGULATÓRIAS**

2024

MGE TRANSMISSÃO S. A.

MGE Transmissão S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
MGE Transmissão S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da MGE Transmissão S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa Aneel nº 933/2021 de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MGE Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa Aneel nº 933/2021 de 28 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações financeiras societárias separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente com data de 31 de janeiro de 2025, sem modificação de opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa Aneel nº 933/2021 de 28 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

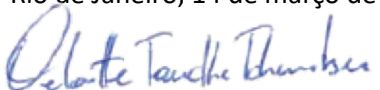
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

MGE TRANSMISSÃO S.A.

CNPJ: 11.638.929/0001-67

BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023	PASSIVO	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.811	10.726	Fornecedores	9	437	744
Concessionárias e permissionárias	6	7.401	6.750	Empréstimos e financiamentos	10.a	14.147	13.877
Outros ativos		523	455	Impostos correntes a pagar		1.351	1.473
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		15.735	17.931	Dividendos a pagar	13.c	11.380	14.107
				Outros passivos	11	4.455	3.286
				TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		31.770	33.487
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	5	4.509	4.501	Empréstimos e financiamentos	10.a	50.715	62.387
Depósitos judiciais e cauções		576	612	Provisão para riscos	12	5.618	391
Imobilizado	7.1	327.991	338.977	Obrigações vinculadas		16.154	16.814
Intangível	7.2	14.122	14.102	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		72.487	79.592
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		347.198	358.192	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	13.a	278.232	278.232
				Reservas de lucros	13.b	154.037	137.515
				Prejuízos acumulados		(173.593)	(152.703)
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		258.676	263.044
TOTAL DO ATIVO		362.933	376.123	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E TOTAL DO PASSIVO		362.933	376.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

MGE TRANSMISSÃO S.A.

CNPJ: 11.638.929/0001-67

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - REGULATÓRIOS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
	explicativa		
Operações em continuidade			
Receita			
Disponibilização do sistema de transmissão		68.183	69.208
Tributos			
PIS-PASEP	15.a	(443)	(454)
COFINS	15.a	(2.046)	(2.094)
ENCARGOS - PARCELA "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(558)	(568)
Reserva global de reversão - RGR		(1.967)	(1.815)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(76)	(78)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE		(273)	(279)
Receita líquida		62.820	63.920
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"			
Remuneração do pessoal		(1.499)	(1.524)
Remuneração dos administradores	8.b	(523)	(569)
Material		(559)	(264)
Serviços de terceiros		(8.948)	(8.613)
Arrendamento e aluguéis		(155)	(174)
Seguros		(186)	(193)
Provisões		(5.428)	(120)
(-) Recuperação de despesas		196	1.254
Tributos		(120)	(221)
Depreciação e amortização		(11.090)	(11.080)
Outros despesas e receitas operacionais		(625)	(918)
Resultado da atividade		33.883	41.498
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	14	(6.164)	(7.163)
Receitas financeiras	14	2.093	2.533
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		29.812	36.868
Imposto de renda	15.b	(1.863)	(2.004)
Contribuição social	15.b	(924)	(981)
Lucro líquido do exercício		27.025	33.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

MGE TRANSMISSÃO S.A.

CNPJ: 11.638.929/0001-67

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES - REGULATÓRIOS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	27.025	33.883
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>27.025</u>	<u>33.883</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

MGE TRANSMISSÃO S.A.

CNPJ: 11.638.929/0001-67

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		278.232	6.988	99.582	(127.190)	257.612
Resultado do exercício		-	-	-	33.883	33.883
Destinação do resultado do exercício						
Constituição da reserva legal		-	2.969	-	(2.969)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(14.107)	(14.107)
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	42.320	(42.320)	-
Distribuição de dividendos adicionais		-	-	(14.344)	-	(14.344)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	13	<u>278.232</u>	<u>9.957</u>	<u>127.558</u>	<u>(152.703)</u>	<u>263.044</u>
Resultado do exercício		-	-	-	27.025	27.025
Destinação do resultado do exercício						
Constituição da reserva legal	13.b	-	2.395	-	(2.395)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.c	-	-	-	(11.380)	(11.380)
Constituição da reserva de retenção de lucros	13.c	-	-	34.140	(34.140)	-
Distribuição de dividendos adicionais	13.c	-	-	(20.013)	-	(20.013)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	13	<u>278.232</u>	<u>12.352</u>	<u>141.685</u>	<u>(173.593)</u>	<u>258.676</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

MGE TRANSMISSÃO S.A.

CNPJ: 11.638.929/0001-67

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		27.025	33.883
Ajustes em:			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10.a	5.961	6.973
Depreciação		11.090	11.080
(AUMENTO) REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS:			
Concessionárias e permissionárias		(651)	162
Outros ativos		(32)	1.478
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS:			
Fornecedores		(307)	(929)
Impostos e contribuições sociais		2.230	2.369
Outros passivos		6.396	1.304
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	10.a	(3.762)	(4.590)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.352)	(2.483)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		<u>45.598</u>	<u>49.247</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(8)	433
Aquisição de imobilizado	7.1	(761)	(639)
Aquisição de intangível	7.2	(23)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
		<u>(792)</u>	<u>(206)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	10.a	(13.601)	(13.354)
Dividendos pagos	13.c	(34.120)	(34.000)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
		<u>(47.721)</u>	<u>(47.354)</u>
(REDUÇÃO)/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>(2.915)</u>	<u>1.687</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	10.726	9.039
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	7.811	10.726
(REDUÇÃO)/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>(2.915)</u>	<u>1.687</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a Tarifa de Uso dos Sistema de Transmissão (TUST). As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

1.2. Contexto operacional

A MGE Transmissão S.A. (“MGE” ou “Companhia”), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, criada pelo Consórcio MGE atualmente formado por Gebbras Participações Ltda., controlada pelo Grupo Energia Bogotá, com 51% e pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras com 49%, vencedor do Lote G do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009 para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 008/2010 - ANEEL.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica localizados nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante da Companhia está exercendo o ativo circulante em R\$16.035, basicamente decorrente do saldo de dividendos a distribuir e da parcela de curto prazo do financiamento junto ao BNDES. A expectativa da administração é de que esses dividendos sejam distribuídos à medida que a geração de caixa for ocorrendo ao longo do próximo exercício e quanto ao financiamento existe uma aplicação restrita que corresponde a um multiplicador do valor da última prestação mensal paga do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida.

Em 31 de dezembro de 2024, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando.

1.3. Da concessão

No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União Federal, por meio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 008/2010 - ANEEL - Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão:

- a) LT 500 kV, CS SE Mesquita - SE Mutum com 136 km;
- b) LT 500 kV, CS SE Mutum - SE Viana 2 com 119 km;
- c) LT 345 kV CD SE Viana 2 - SE Viana com 8 km;
- d) Subestação Viana 2 em 500/345 kV e
- e) Entradas de linha, interligação de barras, autotransformador, reatores de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

As instalações acima entraram em operação comercial em julho de 2014. A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial. Conforme a Resolução Homologatória nº 3.348/2024, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo tarifário julho/2024 a junho/2025, é de R\$70.165 (R\$67.514 no ciclo julho/2023 a junho/2024), incluindo as contribuições reembolsáveis (PIS e COFINS). Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) considerando o número índice do mês de maio, nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à Revisão Tarifária Periódica - RTP da RAP, nos termos da cláusula sétima do Contrato de Concessão, em intervalos de cinco anos durante o período de concessão, no 5º, 10º e 15º ano, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão onde será revisado o custo de capital de terceiros, sendo que a revisão tarifária periódica do 15º ano ocorrerá em julho de 2026. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da Transmissora, bem como de redução de instalações de transmissão sob a responsabilidade da Companhia, que, porventura, possa justificar a diminuição da receita a ser percebida.

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- Reserva Global de Reversão (RGR) - Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional.
- Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pela ANEEL no percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto do Contrato de Concessão, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração estima que o valor de indenização é de R\$127.393, valor este correspondente a estimativa de valor residual contábil do ativo imobilizado conforme demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais. A reversão dos bens da concessão ao Poder Concedente ocorrerá após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os artigos 6 e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL por meio da resolução normativa nº. 933 de 28 de maio de 2021.

Essas demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória. Estas diferenças estão explicadas na Nota Explicativa nº 19, para melhor entendimento do leitor.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis regulatórias apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4. Data de aprovação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 14 de março de 2025.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

A Companhia aplicou as políticas contábeis regulatórias descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

a. Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

A Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de transmissão em conformidade com o Contrato de Concessão através da Receita Anual Permitida (RAP) emitida pela ANEEL por meio das Resoluções Homologatórias.

b. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Caixa e bancos”, “Concessionárias e permissionárias” e “Outros ativos circulantes”.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendia a seguinte conta: “Aplicações financeiras”.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam “Outros passivos circulantes”, “Fornecedores”, “Empréstimos e financiamentos” e “Dividendos a pagar”.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

d. Concessionárias e permissionárias

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede Básica (RBL).

e. Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

f. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, os juros e as atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados aos intangíveis em curso durante o período de formação do ativo.

g. Despesas antecipadas

Correspondem aos prêmios de seguros pagos antecipadamente que serão apropriados de acordo com a vigência das apólices.

h. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

i. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.

j. Impostos e contribuições

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, adotando a sistemática de lucro presumido. As despesas do IRPJ e da CSLL corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O IRPJ é computado a uma alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro presumido a uma alíquota de 8%. A CSLL foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda presumido a uma alíquota de 12%.

Quando aplicável, o IRPJ e a CSLL diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

k. Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecidas nos exercícios apresentados.

l. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

m. Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”)

A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade operacional, por entender que os juros pagos não representam custos para obtenção de recursos financeiros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos	1.403	1.876
Aplicações financeiras	6.408	8.850
Total	<u>7.811</u>	<u>10.726</u>

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Remuneração</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Banco Itaú - CDB-DI	CDB	97% CDI	-	8.850
Banco Itaú - Fundos Highgrade	Fundos	107,78% CDI	2.528	-
Banco Itaú - Fundos RF DI	Fundos	101,22% CDI	3.880	-
Total			<u>6.408</u>	<u>8.850</u>

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa 16.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CAIXA RESTRITO)

Referem-se à aplicação restrita para garantia do contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e corresponde a um multiplicador do valor da última prestação mensal paga do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. As principais informações estão descritas a seguir:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Remuneração</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Banco Itaú	Fundo de Investimento	104,24% CDI	4.509	4.501
Total			<u>4.509</u>	<u>4.501</u>

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa 16.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Concessionárias e permissionárias	7.401	6.750
Total	<u>7.401</u>	<u>6.750</u>

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os ativos imobilizados e intangíveis estão registrados ao custo de aquisição, ou de construção. As adições subsequentes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção.

7.1. Imobilizado

Imobilizado - R\$Mil	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições	Valor Bruto em 31/12/2024	Depreciação o Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Ativo Imobilizado em Serviço						
Transmissão	404.369	96	404.465	(106.946)	297.519	309.119
Terrenos	5.748	-	5.748	-	5.748	5.748
Edificações, obras civis e benfeitorias	28.870	-	28.870	(9.597)	19.273	20.251
Máquinas e equipamentos	369.742	96	369.838	(97.343)	272.495	283.116
Móveis e utensílios	9	-	9	(6)	3	4
Administração	608	15	623	(418)	205	241
Edificações, obras civis e benfeitorias	96	-	96	(55)	41	45
Máquinas e equipamentos	251	15	266	(162)	104	106
Veículos	185	-	185	(132)	53	79
Móveis e utensílios	76	-	76	(69)	7	11
Subtotal	404.977	111	405.088	(107.364)	297.724	309.360
Ativo Imobilizado em Curso						
Transmissão	29.617	650	30.267	-	30.267	29.617
Material em depósito	4.544	650	5.194	-	5.194	4.544
Depósitos judiciais	3.921	-	3.921	-	3.921	3.921
A ratear	21.152	-	21.152	-	21.152	21.152
Subtotal	29.617	650	30.267	-	30.267	29.617
Total do Ativo Imobilizado	434.594	761	435.355	(107.364)	327.991	338.977

Demonstração da depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2024		2023	
		Bruto	Depreciação e amortização acumulados	Valor líquido	Valor líquido
<u>Em serviço</u>					
Transmissão					
Custo histórico	3,31%	404.465	(106.946)	297.519	309.119
Administração					
Custo histórico	13,81%	623	(418)	205	241
		405.088	(107.364)	297.724	309.360

Principais taxas de depreciação

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Autotransformadores	2,86%
Barramentos	2,50%
Chave Seccionadora	3,33%
Disjuntor	3,03%
Edificações	3,33%
Para-raios	4,17%
Torres autoportantes	2,70%
Administração	
Máquinas e equipamentos	16,67%
Móveis e utensílios	6,25%
Veículos	14,29%

7.2. Intangível

	Valor Bruto em 31/12/202	Adições	Valor Bruto em 31/12/2024	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Intangível - R\$Mil	3					
Ativo Intangível em Serviço						
Transmissão	14.098	23	14.121	(3)	14.118	14.098
Servidões	14.098	-	14.098	-	14.098	14.098
Softwares	-	23	23	(3)	20	-
Administração	43	-	43	(39)	4	4
Softwares	39	-	39	(39)	-	-
Outros	4	-	4	-	4	4
Subtotal	14.141	23	14.164	(42)	14.122	14.102
Total do Ativo Intangível	14.141	23	14.164	(42)	14.122	14.102

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas suas acionistas, seus diretores, seus conselheiros e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos reportados e seus efeitos estão descritos a seguir:

a. Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a remuneração dos administradores totalizou R\$523 (R\$569 em 2023), sendo registrada como despesas gerais e administrativas.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Remuneração	(426)	(466)
Encargos e benefícios	(97)	(103)
Total	<u>(523)</u>	<u>(569)</u>

b. Dividendos a pagar

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Gebbras Participações Ltda.	5.804	7.195
Centrais Elétricas S.A. - Eletrobras	5.576	6.912
Total	<u>11.380</u>	<u>14.107</u>

9. FORNECEDORES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Mapa Construtora e Serviços Ltda.	68	68
Engex Engenharia Ltda.	-	20
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	23
Cemig Geração e Transmissão S.A.	-	12
Cotesa Engenharia Ltda.	98	-
SVA Segurança e Vigilância Armada Eireli	-	429
Geração Energia Consultoria Eireli	76	-
Iatecps Soluções em Tecnologia Ltda.	32	-
R Costa Silva Assessoria Ltda.	18	-
Outros	145	192
Total	<u>437</u>	<u>744</u>

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a. Composição

	Taxa anual de juros	31/12/2024	31/12/2023
BNDES Subcrédito A	TJLP + 2,03% a.a.	18.945	27.809
BNDES Subcrédito B	TJLP + 1,63% a.a.	3.348	4.915
BNDES Subcrédito C	TJLP	112	164
BNDES Subcrédito A	IPCA + 3,67% a.a.	20.611	21.239
BNDES Subcrédito B	IPCA + 3,67% a.a.	21.846	22.137
Total		<u>64.862</u>	<u>76.264</u>
Circulante		14.147	13.877
Não circulante		50.715	62.387

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	87.235
Provisões de juros	6.973
Juros pagos	(4.590)
Amortização de principal	(13.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>76.264</u>
Provisões de juros	5.961
Juros pagos	(3.762)
Amortização de principal	(13.601)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u><u>64.862</u></u>

b. Cronograma de pagamento não circulante

2026	14.147
2027	14.147
2028 a 2037	22.421
Total	<u><u>50.715</u></u>

c. Garantias

Por força dos referidos contratos de financiamento, a Companhia cedeu fiduciariamente, por meio de “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças”, a totalidade dos direitos creditórios de que era titular emergente do Contrato de Concessão nº 008/2010 - ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 2010-012-03 MGE TRA: CCO-2010-012, firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

As intervenientes Gebbras e Furnas deram ao BNDES, em penhor, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade.

d. Covenants

O contrato firmado com o BNDES contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento e índice de cobertura do capital próprio, a manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, a manutenção do patrimônio líquido em relação ao total de ativo em percentual igual ou superior a 30%, além de distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. O contrato ainda prevê o cumprimento de obrigações (*covenants*) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e operacionais.

De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras regulatórias anuais. Se o ICSD for de no mínimo 1,30 a Companhia precisará manter uma conta reserva de repasse de três vezes o valor mensal da amortização vincenda do serviço da dívida, e se o ICSD for inferior a 1,30 a Companhia deverá manter na conta reserva o montante equivalente a seis vezes o valor mensal da amortização vincenda do serviço da dívida.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia está em conformidade com a referida cláusula de covenants, conforme cálculo abaixo, definido no contrato.

e. Índice de cobertura da dívida

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro regulatório antes do IRPJ/CSLL	29.812	36.868
(+) Resultado financeiro líquido	4.071	4.630
(+) Depreciação	<u>11.090</u>	<u>11.080</u>
EBITDA (conforme metodologia do BNDES)	<u>44.973</u>	<u>52.578</u>
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A) Geração de caixa da atividade		
EBITDA	44.973	52.578
(-) IRPJ/CSLL (Pagamentos)	<u>(2.352)</u>	<u>(2.483)</u>
	<u>42.621</u>	<u>50.095</u>
B) Serviço da dívida		
(+) Amortização do principal	13.601	13.354
(+) Pagamento de juros	<u>3.762</u>	<u>4.590</u>
	<u>17.363</u>	<u>17.944</u>
Índice de cobertura do serviço da dívida (A / B)	2,45	2,79

f. Índice de capital próprio

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Total do patrimônio líquido	258.676	263.044
Total do ativo	<u>362.933</u>	<u>376.123</u>
Índice de capital próprio (PL/ATIVO)	<u>71,27%</u>	<u>69,94%</u>

g. Índice de dívida líquida

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
(+) Empréstimos e financiamento do passivo circulante	14.147	13.877
(+) Dívidas com pessoas ligadas do passivo circulante	11.380	14.129
(+) Empréstimos e financiamento do exigível a longo prazo	50.715	62.387
(-) Disponibilidade do ativo circulante	<u>(7.811)</u>	<u>(10.726)</u>
Dívida líquida	<u>68.431</u>	<u>79.667</u>

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Dívida líquida	68.431	79.667
EBITDA ajustado	44.972	52.578
Dívida líquida / EBITDA ajustado	1,52	1,52

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Dívida líquida	68.431	79.667
Dívida líquida + Patrimônio líquido	327.107	328.582
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,21	0,23

11. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	977	716
Reserva global de reversão - RGR	233	682
Taxa de fiscalização - TFSEE	586	564
Antecipação - Aviso de crédito de clientes	2.380	1.061
Outros	<u>279</u>	<u>263</u>
Total	<u>4.455</u>	<u>3.286</u>

12. PROVISÃO PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia provisionou o montante de R\$5.618 (R\$391 em 2023) referente à processos com prognóstico de perda provável, que são compostos por processos de indenização por instituição de servidão de passagem.

A Companhia também possui processos com prognóstico de perda possível no montante de R\$2.077, (R\$9.510 em 2023) composto por: (i) processo de execução fiscal junto ao Município de Viana no valor de R\$209; e (ii) processos indenização por instituição de servidão de passagem no valor de R\$1.868. Por se tratar de processos com prognóstico de perda possível, nenhuma provisão contábil foi efetuada.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$278.232, representado por 278.231.800 ações ordinárias, sem valor nominal.

	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
Acionistas						
Gebbras Participações Ltda.	141.898.218	51	141.898	141.898.218	51	141.898
Centrais Elétricas S.A.						
- Eletrobras	<u>136.333.582</u>	<u>49</u>	<u>136.334</u>	<u>136.333.582</u>	<u>49</u>	<u>136.334</u>
Total	<u>278.231.800</u>	<u>100</u>	<u>278.232</u>	<u>278.231.800</u>	<u>100</u>	<u>278.232</u>

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 28 de junho de 2024, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras homologou a implementação da Incorporação nos termos do Protocolo e Justificação e conforme aprovada na AGE de Incorporação, definindo a data de 01 de julho de 2024 para a eficácia da incorporação de Furnas à Eletrobras.

b. Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício e é limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definição do estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido societário do exercício	47.915	59.396
Reserva legal (5%)	<u>(2.395)</u>	<u>(2.969)</u>
Lucro líquido do exercício societário ajustado	<u>45.520</u>	<u>56.427</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	11.380	14.107
Reserva de retenção de lucros	34.140	42.320

A movimentação das reservas de lucros está demonstrada a seguir:

Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2023	137.515
Constituição reserva de lucros	36.535
Distribuição de dividendos adicionais	<u>(20.013)</u>
Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2024	<u>154.037</u>

c. Dividendos

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou o pagamento de R\$34.120, referente a dividendos de exercícios anteriores.

Foi aprovado na 15ª Assembleia Geral Ordinária e 40ª Assembleia Extraordinária, realizadas em 26 de abril de 2024, a distribuição de dividendos adicionais utilizando-se o saldo da reserva de retenção de lucro.

A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2023	14.107
Dividendos mínimos obrigatórios	11.380
Dividendos adicionais	20.013
Pagamento de dividendos	<u>(34.120)</u>
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2024	<u>11.380</u>

14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.071	2.507
Outras receitas financeiras	22	26
	<u>2.093</u>	<u>2.533</u>
Despesas financeiras		
Juros s/empréstimos e financiamentos	(5.961)	(6.973)
Atualizações monetárias	(78)	(74)
Outras despesas financeiras	(125)	(116)
	<u>(6.164)</u>	<u>(7.163)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(4.071)</u>	<u>(4.630)</u>

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES CORRENTES

a. PIS e COFINS - Deduções da receita

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita Anual Permitida (RAP)	68.183	69.813
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Imposto corrente no resultado	<u>(2.489)</u>	<u>(2.548)</u>

b. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Anual Permitida (RAP)	68.183	68.183	69.813	69.813
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	5.455	8.182	5.585	8.378
Receitas financeiras	2.090	2.090	2.525	2.525
Base de cálculo	7.545	10.272	8.110	10.903
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(1.132)	(924)	(1.216)	(981)
Adicional de 10% - IRPJ	(731)	-	(788)	-
Imposto corrente no resultado	<u>(1.863)</u>	<u>(924)</u>	<u>(2.004)</u>	<u>(981)</u>

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Classificação de acordo com o CPC 48	Nível	31/12/2024	31/12/2023
			Valor contábil / Valor justo	Valor contábil / Valor justo
	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	1	7.811	10.726
Caixa e equivalente de caixa	por meio do resultado	1	7.811	10.726
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	1	4.509	4.501
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado		7.401	6.750
Outros créditos	Custo amortizado		492	455
			<u>20.213</u>	<u>22.432</u>
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado		64.862	76.264
Fornecedores	Custo amortizado		437	744
Dividendos a pagar	Custo amortizado		11.380	14.107
Outras contas a pagar	Custo amortizado		4.455	3.286
			<u>81.134</u>	<u>94.401</u>

b. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários, registrados ao valor justo por meio de resultado e custo amortizado, são classificados como nível 1. Para determinação do valor, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

c. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

(iii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Em relação ao contas a receber, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, está não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

(iv) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

O quadro a seguir demonstra análise dos vencimentos para os principais passivos financeiros, incluindo a projeção de correção monetária e juros futuros, em 31 de dezembro de 2024.

	<u>Total</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>Mais de 2 anos</u>
Fornecedores	437	437	-	-
Empréstimos e financiamentos	70.722	15.425	30.850	24.447

(v) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Fundos de Investimentos de Renda Fixa e Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco.

Riscos relacionados à taxa de juros

Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (TJLP).

d. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI e da TJLP.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2024, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e TJLP, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no site do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário I provável	Cenário II Queda de 25%	Cenário III Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		10,89%	8,17%	5,45%
Aplicações financeiras		10.917	1.189	892	594
Impacto no resultado			-	(297)	(594)

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário I provável	Cenário II Aumento de 25%	Cenário III Aumento de 50%
TJLP (%)	Aumento da TJLP		7,97%	9,96%	11,96%
Empréstimos e financiamentos		64.862	5.170	6.462	7.754
Impacto no resultado			-	(1.292)	(2.585)

17. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Administradores / Seguro D&O (*)	24.750	01/03/2024 a 01/03/2025
Risco operacional	72.571	30/04/2024 a 07/09/2025
Responsabilidade civil geral	15.000	30/04/2024 a 07/09/2025

(*) Apólice Unificada com outras Companhias do Grupo

18. QUESTÕES AMBIENTAIS

As condicionantes definidas no licenciamento ambiental expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia.

19. CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES SOCIETÁRIAS PARA REGULATÓRIAS

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis societárias, sendo que para fins regulatórios, seguiu a regulamentação regulatória, determinada pela ANEEL. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Balço patrimonial		31/12/2024			31/12/2023		
		Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias	Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias
<i>(Em milhares de Reais)</i>							
Ativo circulante							
	Caixa e equivalentes de caixa	7.811	-	7.811	10.726	-	10.726
	Concessionárias e permissionárias	7.401	-	7.401	6.750	-	6.750
	Contas a receber (ativo de contrato)	19.1	49.252	(49.252)	-	47.069	(47.069)
	Outros créditos		492	31	523	425	30
	Total do ativo circulante		64.956	(49.221)	15.735	64.970	(47.039)
Ativo não circulante							
	Aplicações financeiras		4.509	-	4.509	4.501	-
	Contas a receber (ativo de contrato)	19.1	486.157	(486.157)	-	476.953	(476.953)
	Depósitos judiciais e cauções		576	-	576	612	-
	Imobilizado	19.2	207	327.784	327.991	243	338.734
	Intangível	19.2	-	14.122	14.122	-	14.102
	Total do ativo não circulante		491.449	(144.251)	347.198	482.309	(124.117)
	Total do ativo		556.405	(193.472)	362.933	547.279	(171.156)
Passivo circulante							
	Fornecedores		437	-	437	744	-
	Empréstimos e financiamentos		14.147	-	14.147	13.877	-
	Impostos correntes a pagar		1.351	-	1.351	1.473	-
	Dividendos a pagar		11.380	-	11.380	14.107	-
	Outras contas a pagar		4.455	-	4.455	3.286	-
	Total do passivo circulante		31.770	-	31.770	33.487	-

Balço patrimonial	31/12/2024			31/12/2023		
	Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias	Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias
<i>(Em milhares de Reais)</i>						
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	50.715	-	50.715	62.387	-	62.387
Impostos diferidos	19.3 36.033	(36.033)	-	35.267	(35.267)	-
Provisão para riscos	5.618	-	5.618	391	-	391
Obrigações vinculadas	-	16.154	16.154	-	16.814	16.814
Total do passivo não circulante	92.366	(19.879)	72.487	98.045	(18.453)	79.592
Patrimônio líquido						
Capital social	278.232	-	278.232	278.232	-	278.232
Reserva de lucros	154.037	-	154.037	137.515	-	137.515
Prejuízos acumulados	19.5 -	(173.593)	(173.593)	-	(152.703)	(152.703)
Total do patrimônio líquido	432.269	(173.593)	258.676	415.747	(152.703)	263.044
Total do patrimônio líquido e total do passivo	556.405	(193.472)	362.933	547.279	(171.156)	376.123

Demonstração de resultado		31/12/2024			31/12/2023		
		Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias	Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias
<i>(Em milhares de Reais)</i>							
Receita líquida	19.4	73.792	(10.972)	62.820	79.537	(15.617)	63.920
Pessoal		(1.120)	-	(1.120)	(1.077)	-	(1.077)
Serviços de terceiros		(7.695)	-	(7.695)	(8.045)	-	(8.045)
Depreciação e amortização		-	(11.039)	(11.039)	-	(11.030)	(11.030)
Outros custos operacionais		(7.485)	771	(6.714)	(1.091)	635	(456)
Total dos custos operacionais		(16.300)	(10.268)	(26.568)	(10.213)	(10.395)	(20.608)
Pessoal e administradores		(901)	-	(901)	(1.016)	-	(1.016)
Serviços de terceiros		(1.253)	-	(1.253)	(567)	-	(567)
Depreciação e amortização		(51)	-	(51)	(50)	-	(50)
Outras receitas (despesas)		(164)	-	(164)	(181)	-	(181)
Total das despesas operacionais		(2.369)	-	(2.369)	(1.814)	-	(1.814)
Receitas financeiras		2.093	-	2.093	2.533	-	2.533
Despesas financeiras		(6.164)	-	(6.164)	(7.163)	-	(7.163)
Resultado financeiro líquido		(4.071)	-	(4.071)	(4.630)	-	(4.630)
Resultado antes dos impostos		51.052	(21.240)	29.812	62.880	(26.012)	36.868
Imposto de renda e contribuição social	19.3	(3.137)	350	(2.787)	(3.484)	499	(2.985)
Lucro líquido do exercício	19.6	47.915	(20.890)	27.025	59.396	(25.513)	33.883

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

19.1. Contas a receber (ativo de contrato)

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Na contabilidade societária são efetuados lançamentos, com expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização), e atualizações dos saldos.

Esses lançamentos foram realizados em atendimento ao disposto no CPC 47 - Receita de Contrato de Clientes, mas que para fins de contabilidade regulatória, tais práticas não são adotadas e, desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

As diferenças identificadas entre o Ativo de contrato e o Ativo Imobilizado Regulatório, ocorrem em função da aplicação do CPC 47 na contabilidade societária. Essas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

19.2. Imobilizado/Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado/intangível, sendo depreciado em conformidade com o referido manual.

19.3. Tributos diferidos

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento de receitas de construção e remuneração oriundos da adoção do CPC 47, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

19.4. Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, eliminando assim os efeitos do CPC 47.

- (i) Receita de construção: durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período.
- (ii) Receita de remuneração: corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.
- (iii) Receita de operação e manutenção: após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

19.5. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo do exercício societário	432.269	415.747
Efeito dos ajustes entre contabilidades societária e regulatória:		
Efeito do ativo de contrato	(209.626)	(187.970)
Efeito dos impostos	36.033	35.267
Saldo do exercício regulatório	258.676	263.044

19.6. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado líquido conforme contabilidade societária	47.915	59.396
Efeito dos ajustes entre contabilidades societária e regulatória:		
Efeito do ativo de contrato	(21.240)	(26.012)
Efeito dos impostos	<u>350</u>	<u>499</u>
Resultado líquido conforme contabilidade regulatória	<u><u>27.025</u></u>	<u><u>33.883</u></u>

Gersino Saragosa Guerra
Diretor Administrativo-Financeiro

Antônio Costa e Costa
Diretor Técnico

Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S
Leandro Borges Jordão
Contador
CRC GO-001605/O
